



EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: FORMAÇÃO INTEGRADA DE EDUCADORES MARISTAS DA CIDADE DE SÃO PAULO

Ascânio João Sedrez¹ - COLÉGIO MARISTA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA
Marisa Ester Aldecôa Rosseto² - COLÉGIO MARISTA ARQUIDIOCESANO
Núbia Mara de Oliveira Silva³ - COLÉGIO MARISTA ARQUIDIOCESANO
Ir. Valdir Gugiel⁴ - CEI CENTRO SOCIAL MARISTA ITAQUERA

Eixo Temático: Ensino Fundamental

Resumo

O presente trabalho objetiva pensar os espaços diferenciados, coletivos e abertos de formação, especialmente para os educadores maristas da cidade de São Paulo, na perspectiva dos Direitos Humanos. Muitas instituições de ensino têm se mobilizado para o desafio de educar para a convivência. Com esse olhar, objetivamos pensar e organizar formações abertas que auxiliem os educadores a atuarem nos diferentes espaços educacionais para a promoção do diálogo, do respeito e do sentido de alteridade, mobilizando ações que possam prevenir e combater a reprodução de atitudes de indiferenças, discriminações, desigualdades ou invisibilidades entre todos. Nesse aspecto, algumas normativas legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como alguns conceitos abordados em obras de estudiosos, como Schlling (2014), Benevides (2005), dentre outros, têm norteado as discussões e subsidiado esta formação continuada em Direitos Humanos, prática que valoriza os diferentes saberes dos educadores das unidades sociais e das escolas de Educação Básica e, ainda, potencializa trocas, experiências, vivências e possibilidades outras de convivência.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Formação. Intolerância.

Introdução

¹ Mestre em Ciências da Religião (PUC-SP). Graduação em Filosofia e Estudos Sociais (UNIFEBE-SC). Graduação em Pedagogia (UNIFAI-SP). E-mail: csedrez@colegiosmaristas.com.br.

² Mestre em Gestões Políticas de Educação (UMESP). Especialização em Psicopedagogia (UNIFAI-SP). Graduação em Pedagogia e Educação Artística (FATEA-SP). E-mail: mrosseto@colegiosmaristas.com.br.

³ Mestre em Serviço Social (PUC-SP). Especialização em Gestão de Pessoas (Mackenzie); Especialização em Gestão de Políticas Sociais (FMU). Graduação em Serviço Social (PUC-SP). E-mail: nuoliveira@colegiosmaristas.com.br.

⁴ Especialização em Políticas Públicas com ênfase no Território e na Família (UCDB-MS). Graduação em Serviço Social (UFGD-MS). E-mail: irvadi@solmarista.org.br.

O Projeto de Formação Integrada de Educadores Maristas da Cidade de São Paulo surgiu em 2013, a partir do desejo de consolidar uma ação conjunta entre educadores e docentes maristas dos Colégios e das Unidades Sociais da Cidade de São Paulo, unidos pela mesma missão em defesa dos Direitos Humanos, principalmente das infâncias, adolescências e juventudes. Este Projeto consiste em fomentar o debate com diferentes especialistas nas áreas e capacitar esses educadores no campo da educação em Direitos Humanos. A ação docente que se deseja não se reduz aos estudos teóricos de documentos oficiais e outros conceitos, mas almeja implicações diretas nos currículos:

[...] um compromisso a ser traduzido em *ações educativas*. Nessa perspectiva, trata-se de procurar fomentar *práticas* que induzam a um *modo de vida* tido como valoroso, ou seja, de se buscar formas de viabilização de práticas educativas que ultrapassem o ensino de informações ou conceitos sobre esses direitos para concentrar-se no cultivo cotidiano de condutas guiadas por ideais de uma ética pública e democrática (SCHILLING, 2005, p. 188).

Com esse objetivo, constituiu-se um Grupo de Estudos (GT) de Direitos Humanos, composto por representantes dessas Unidades, a fim de pensar, em princípio, uma formação continuada para um grupo de educadores das Unidades Maristas da localidade. Atualmente, o público dessas formações vem crescendo e ampliando a participação de educadores de outras instituições, públicas e privadas. No último encontro deste ano, houve, inclusive, a participação de representantes dos 52 Conselhos Tutelares da cidade de São Paulo, por meio da articulação com a Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo e com apoio da Educação FTD para o pagamento do pró-labore dos especialistas.

Unidos sempre a favor da defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, representantes do GT Marista de Direitos Humanos se propuseram a realizar projetos de formação continuada, inicialmente acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para um grupo de educadores de todas as Unidades Maristas da localidade. De início, idealizado para se constituir em um momento de capacitação profissional, as ações do projeto em pauta no ano de 2013 possibilitaram o estreitamento da parceria e o diálogo institucional entre todas as Unidades participantes, desencadeando, conseqüentemente, o desenvolvimento de outras ações conjuntas e significativas, dentre elas a organização do 1º Seminário Marista de Direitos Humanos e Educação, evento para mais de 500 educadores, realizado em setembro do ano seguinte ao início do projeto. Esse evento ampliou a formação para outros grupos de educadores maristas de outros estados e cidades, bem como professores de escolas públicas e privadas e estudantes de cursos de licenciaturas da cidade de São Paulo.

Neste processo de fortalecimento da identidade institucional, não somente o desenvolvimento e a capacitação dos sujeitos foram consentidos, mas sobretudo o “surgimento” de uma Comunidade Educativa Marista mais empoderada, aparelhada e desejosa a desenvolver outros trabalhos conjuntos.

Desenvolvimento

Pesquisa de avaliação realizada com todos os participantes do Grupo de Estudos, ainda em 2013, já registrou a legitimidade e importância de um projeto de formação continuada e de intervenções. Percebeu-se o desejo por saberes que possibilitem a construção de fazeres mais comprometidos com a realidade institucional e social na qual estão inseridos, de modo especial as questões que atravessam o cotidiano dos espaços, formais e informais de educação, e que dizem respeito aos Direitos Humanos das infâncias, adolescências e juventudes.

Interessante observar que, mesmo diante de públicos com diferentes classes sociais, os educadores e docentes das unidades sociais e das escolas maristas da cidade de São Paulo, diante das relações de convivências estabelecidas entre os sujeitos dos espaços de aprendizagens, sentem as mesmas necessidades de estudos, busca de novas práticas e formação em Direitos Humanos.

Construir coletivamente cronogramas de ações conjuntas entre educadores e docentes dos Colégios e a Rede de Solidariedade do Grupo Marista, na cidade de São Paulo, bem como utilizar uma metodologia de trabalho para a formação continuada acerca dos Direitos Humanos, além de ser um grande desafio, compromete-nos mais ainda com a missão e os valores marcados nos documentos oficiais da Educação Marista.

O Projeto Educativo do Brasil Marista contempla o *espaçotempo*⁵ da Promoção e Defesa de Direitos, com olhar voltado para os direitos das crianças, adolescentes e jovens. A discussão do 21º Capítulo Geral do Instituto Marista indica que, por meio da missão educativa, deve-se promover os direitos das crianças e jovens, empenhando todos os âmbitos de nosso instituto na defesa desses direitos, ante governos, organizações não governamentais e outras instituições públicas, XXI Capítulo Geral.

⁵ “*Espaçotempo* é um *continuum* que se refere ao espaço e ao tempo de modo inter-relacionado. Nessa perspectiva, é necessário pensar fatos, processos, fenômenos e situações-problema considerando simultaneamente as especificidades espaciais e temporais. Ou seja, tudo – fatos, eventos, fenômenos, processos – acontece em espaços e tempos precisos e determinados” (UNIÃO MARISTA DO BRASIL, 2010, p. 26).

No campo da Promoção e Defesa de Direitos, a educação marista busca continuamente contribuir, de forma comprometida, com a construção de novos cenários para as infâncias, adolescências e juventudes. Dessa forma, considera em seus espaços de educação (formal ou informal) a formação contínua de educadores, docentes e gestores, processos permanentes de qualificação das ações desenvolvidas em diálogo com as discussões atuais e acadêmicas, sem desconsiderar a importância da participação na elaboração e controle social das políticas públicas.

Assim, esse projeto de formação conjunta, com o tema central “Educação em Direitos Humanos”, que potencializa a cultura do encontro e pensa a respeito de ações educativas contra qualquer forma de intolerância, fortalece e procura “fazer valer” princípios registrados em documentos institucionais:

A escola Marista torna-se um *espaçotempo* de reflexão, discussão e participação responsável nas questões que envolvem a dinâmica da comunidade procurando garantir o direito de expressão de todos, o exercício do pensamento reflexivo, da crítica e da autocrítica, o colocar-se no lugar do outro e a busca de alternativas e soluções compartilhadas na resolução de conflitos, pautadas pelo respeito às diferenças (UMBRASIL, 2010, p. 69).

Educar para a convivência implica educar para a democracia, que deve ser entendida como “um conjunto de valores, que estão expressos na Declaração dos Direitos Humanos, e devem servir como guias não só do que queremos ser, mas de como pretendemos nos relacionar” (TEIXEIRA, 2005, p. 145), educar para o respeito às diferenças, sejam elas de ordem cultural, religiosa, social, econômica, política ou até mesmo física, dentre outras. Com isso, o objetivo geral do projeto é desenvolver uma cultura de convivência a partir das discussões e formação continuada e conjunta de Educação em Direitos Humanos. Em sintonia com este, listam-se, a seguir, os objetivos específicos do projeto:

- 1) Capacitar os educadores para atuarem em seus espaços educacionais na promoção da defesa e proteção das crianças, adolescentes e jovens, contribuindo para a construção de novas práticas docentes e de formação continuada e conjunta acerca dos Direitos Humanos.
- 2) Prevenir comportamentos/attitudes que promovam ou reproduzam qualquer forma de intolerância, indiferenças, discriminações, desigualdades ou invisibilidades (prevenção e correção/ação).

- 3) Discutir as normativas legais na área de Direitos Humanos (Estatuto da Criança e Adolescente; Lei n. 10.639/0 – História e Cultura Africana e Indígena; Leis sobre *bullying* etc.).
- 4) Propiciar a articulação e estudos com outros sujeitos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente na Cidade de São Paulo, professores de Universidades e da Escola de Governo.
- 5) Atuar em consonância com a Missão Institucional.
- 6) Potencializar ações conjuntas entre a Rede Marista de Colégios e a Rede Marista de Solidariedade, na cidade de São Paulo.

Para a construção do projeto, entre o fim de 2012 e 2013, foram realizados vários encontros entre representantes da Rede Marista de Colégios e da Rede de Solidariedade, para estabelecer uma agenda e interesses comuns. A comissão de trabalho permanente constituída pensa, discute e delibera sobre os planos de trabalho, que incluem cronogramas, temas, indicação de especialistas, experiências, locais, relatos e diferentes estratégias de ações.

No total, foram realizados seis encontros de formação continuada para os educadores participantes do grupo de estudos, inclusive com participação de mediadores externos; um encontro de formação conjunta para educadores e alunos da 3ª série do Ensino Médio, no qual se discutiu a temática da Redução da Maioridade Penal; e dez encontros da Comissão de Trabalho Permanente.

No ano de 2014, foram realizadas dez reuniões da comissão permanente, três encontros de formação mediada por profissionais da Escola de Governo da Cidade de São Paulo (minicursos), o I Seminário Marista de Direitos Humanos e Educação, quatro reuniões de articulação para eleição de conselheiros municipais do CMDCA, dentre outras.

Desde o ano de 2015, foram desenvolvidas capacitações sobre o Estatuto da Criança e Adolescente, com vários especialistas da área, sobre princípios dos Direitos Humanos, com a Associação Instituto de Política e Formação Cidadã (Escola de Governo) e sobre a Lei n. 10.639/03 – História e Cultura Africana.

Para o ano de 2016, os temas de estudos e reflexões, distribuídos ao longo de quatro encontros, estão centrados nas seguintes discussões: término da discussão acerca da Lei n. 10.639/03, no que tange à Cultura Indígena, bem como sobre os temas *bullying* e mediação de conflitos e Mundo Infantil – consumo, sexualidade e inclusão (Seminário Interativo Marista).

• ***Cronogramas: datas, temas, convidados, especialistas***

Tabela 1 - Cronograma de reuniões e Cursos de Formação – Comissão de trabalho permanente/2013

DATAS DOS ENCONTROS	TEMAS DISCUTIDOS E CONVIDADOS
02/02/2013	- 1ª Reunião da Comissão de Trabalho Permanente; - Planejamento do cronograma de reuniões para o ano de 2013.
16/03/2013	- Seminário Formativo: Educação em Valores – Centro Social Marista Itaquera. - Diálogo sobre o ECA – Livro Geral e Especial. Palestrante Ana Cristina do CSM Ir. Lourenço;
26/03/2013	- 2ª Reunião da Comissão de Trabalho Permanente; - Planejamento.
11/04/2013	- Aula Magna: <i>A História do ECA: visão geral do documento e seus desdobramentos até aqui</i> . Palestrantes: Elida Miranda (CSM Ir. Justino) e Prof. Chicão (Escola da Vila em São Paulo).
25/04/2013	- 3ª Reunião da Comissão de Trabalho Permanente; - Avaliação do último encontro e Planejamento.
09/05/2013	- Debate sobre o filme “ <i>Pro Dia Nascer Feliz</i> ”; Prof. Marcelo Pereira e aluno Raoni (Arqui).
11/05/2013	- Aula Magna: “ <i>Redução da Maioridade Penal</i> ” – Palestrante: Promotor de Justiça, Juiz de Direito da Infância e Juventude, representante da Pastoral do Menor e Docente da Área do Direito.
13/06/2013	- Debate sobre as manifestações sociais de junho de 2013; - 4ª Reunião da Comissão de Trabalho Permanente; - Avaliação do último encontro e Planejamento.
08/08/2013	- Debate do Capítulo IV do ECA: professora Cinthya Nunes; - Experiência CSM Ir. Lourenço – Patrícia Pio; - 5ª Reunião da Comissão de Trabalho Permanente; - Avaliação do último encontro e Planejamento.
12/09/2013	- O Direito à Participação na Prática – Relato de Experiência do CSM Ir. Lourenço – Ana Cris.
10/10/2013	- Movimento “18 Razões para Dizer Não!” – Palestrantes: Renato Eliseu e Conselheiro Tutelar da Vila Mariana;
21/11/2013	- 6ª Reunião da Comissão de Trabalho Permanente; - Avaliação do último encontro e Planejamento. - Conversa com o conselheiro tutelar da Vila Mariana: Fernando Prata; - Avaliação geral; - Confraternização.

Fonte: Relatório – Colégio Marista Arquidiocesano, 2013.

Tabela 2 - Cronograma de reuniões e Cursos de Formação – Comissão de trabalho permanente/2014

DATAS DOS ENCONTROS	TEMAS TRABALHADOS
12/02/2014	✓ Reunião da Comissão de Trabalho Permanente ✓ Planejamento Ações de 2014
12/03/2014	✓ Reunião da Comissão de Trabalho Permanente ✓ Planejamento Seminário Marista DH e Educação
16/04/2014	✓ Reunião da Comissão de Trabalho Permanente ✓ Planejamento Seminário Marista DH e Educação
14/05/2014	✓ Reunião da Comissão de Trabalho Permanente ✓ Planejamento Seminário Marista DH e Educação
11/06/2014	✓ Reunião da Comissão de Trabalho Permanente ✓ Planejamento Seminário Marista DH e Educação

09/07/2014	✓ Reunião da Comissão de Trabalho Permanente
13, 20 e 27/08/2014	✓ Planejamento Seminário Marista DH e Educação
06/09/2014	✓ Reunião da Comissão de Trabalho Permanente
08/10/2014	✓ Planejamento Seminário Marista DH e Educação
19/11/2014	✓ 1º Seminário Marista de Direitos Humanos e Educação.
10/12/2014	✓ Minicurso Escola de Governo – Cidadania no Brasil e a organização do Estado
	✓ Reunião articulação eleição CMDCA
	✓ Minicurso Escola de Governo – Direitos Humanos (visão geral)
	✓ Reunião articulação eleição CMDCA
	✓ Minicurso Escola de Governo - Direitos Humanos (sociais e econômicos apontando para a desigualdade brasileira);
	✓ Reunião articulação eleição CMDCA

Fonte: Relatório – Colégio Marista Arquidiocesano, 2014.

Tabela 3 - Cronograma de reuniões e Cursos de Formação – Comissão de trabalho permanente/2015

Encontros Formativos/ Temas	Especialista(s) do encontro	Relato de Experiência	Proposta de data	Mediador	Local
<u>1º Encontro</u>	1. Daniela	1. Arqui – Profa.	30 abril	Katia	Arqui
1. Retomada do tema central D.H. - diferenças	Kowalewski – Doutora e Mestre em Educação (USP)	Claudia Gil (1º ano do Fundamental)		Helena (Arqui)	
2. Lei 10.639/03 - História e Cultura Indígena	2. Daniel Munduruku – Doutor e Mestre em Educação (USP)	2. Rede Marista de Solidariedade: Danilo Vaz e Juliana Menecucci			
<u>2º Encontro</u>	1. Vania Curi	1. Rede Marista de Solidariedade:	25 de junho	Ascânio (Glória)	Glória
A nova Lei do <i>Bullying</i> e a responsabilidade das Instituições (Escola e Unidade Social)	Yazbek – Graduação em Psicologia (PUC-SP); Especialização em Mediação (Fundación Interfas de Buenos Aires – Argentina)	Diego Oliveira Lima			
	2. Alessandra Borelli – Advogada com curso de extensão em Direito Digital (EMP-SP)				

3º Encontro Os infantis e o consumo da vida: mídia, televisão e a contemporaneidade endereçada aos pequenos.	Mesa Redonda: 1. Ana Olmos – Doutora em Psicologia (USP); Especialização em Neuropsicologia Infantil (USP) 2. Nélio Sprea – (Diretor e Pesquisador – Parabolé Educação e Cultura)	1. Mariana Hanssen Nunes de Siqueira – Instituto Alana (ex-aluna do Arqui; Estudante de Direito (USP); Estagiária do Instituto Alana)	27 de agosto	Ricardo Chiquito (Arqui)	Arqui
4º Encontro Itinerário Formativo (Organização da Rede Marista de Solidariedade)	Em construção	Em construção	1º de outubro	Educadores das Unidades Sociais	CEI Itaquera

Fonte: Relatório – Colégio Marista Arquidiocesano 2014

Além de aulas expositivas e formativas com especialistas e utilização de recursos audiovisuais, a comissão procura organizar os encontros combinando discussões teóricas e apresentação de relatos de experiências, tanto das escolas como das Unidades Sociais, debate ao término dos encontros/eventos entre os participantes, especialistas e convidados em geral e, quando possível, trazendo uma apresentação cultural referente ao tema de estudo. Embora haja um revezamento dos locais para os encontros, o Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo, por conta da localização e fácil acesso de transporte coletivo, principalmente via metrô, tem sido o espaço mais utilizado para os encontros de formação e da comissão organizadora. O modelo de avaliação, em formato de questionário *online*, é enviado a todos os participantes imediatamente após o término de cada evento ou curso, sendo que o preenchimento e envio da pesquisa/avaliação dá ao participante o direito ao certificado digital. A comissão tem estudado e analisado as devolutivas sempre antes de organizar o próximo encontro. Nota-se um grau de satisfação bastante significativo dos eventos, nos aspectos gerais, conforme apuração dos dados obtidos nas avaliações ao fim dos eventos.

- ***Direitos Humanos e Educação: desafios dos novos tempos***

Igualdade, respeito, justiça e Direitos Humanos traduzem uma dimensão fundamental da existência. Tema que grita por espaço nas discussões, formações e atitudes, sobretudo nas instituições educacionais.

Direitos Humanos como frutos da luta pelo direito universal à dignidade humana: direitos de liberdade (civis e políticos) e de igualdade (econômicas, religiosas, sociais e culturais). Nesse sentido, precisamos compreender o papel estratégico da Educação nesses direitos, no enfrentamento, na superação da pobreza e na construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna.

Nossos desafios como educadores são compreender o direito à vida e à dignidade humana como dimensão fundamental da existência, e os Direitos Humanos como conquistas da organização social e da luta política de sujeitos coletivos. Precisamos analisar criticamente a compreensão de tais direitos como gerações cumulativas que partem dos individuais para os coletivos.

Nosso objetivo é subsidiar os profissionais que atuam na educação para uma análise crítica, transformação da realidade, da desigualdade social e superação das intolerâncias.

O desafio está posto: mergulhar nos estudos da evolução histórica dos Direitos Humanos, de sua construção social como forma de luta contra situações de desigualdade de acesso a bens materiais e imateriais e as diversidades de diferentes naturezas.

Precisamos nos debruçar sobre o protagonismo dos movimentos sociais na produção de novas emancipações políticas e na garantia dos mesmos, focando em experiências pedagógicas e sociais que os priorizam e a justiça, a construção do compromisso com a transformação social: o papel dos profissionais da Educação Básica.

Os estudos e reflexões voltados para a educação em Direitos Humanos faz avançar nossa possibilidade de reflexão sobre o tema da inclusão, e este deve ser compreendido como forma de questionar e superar os limites impostos pelas políticas inclusivas.

A discussão envolvendo a abertura do olhar e das perspectivas para a superação das “falsas ideias”, que implicam e perpetuam a dor e o desrespeito, tem potencial para uma mudança nos rumos das interações sociais e do respeito aos direitos humanos de modo abrangente e irrestrito.

O modo como se entende inclusão hoje vem sendo abordado nos principais documentos que servem de base para as políticas educativas. Não podemos prescindir a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, assim como a Declaração Mundial de Educação para Todos de 1990, proposta e acordada na Tailândia. Esses documentos de caráter legislativo visam, dentre outras perspectivas, promover a universalidade do direito à educação e igualdade de direitos. Nas mais diversas formas de mecanismos de proteção internacionais,

encontram-se como princípios a não discriminação, o direito à liberdade, à igualdade, à educação, o reconhecimento da dignidade de todos os indivíduos, o direito à paz e o acesso à justiça, dentre outros, como previstos na Declaração Universal. Todos esses direitos formalmente protegidos, porém, não integralmente legitimados, explicitam que eles devem ser gozados por todos, inclusive por crianças, igualmente.

No Brasil, a luta pelos Direitos Humanos começou efetivamente a ser fortalecida no movimento contra a ditadura militar em 1964. Essa luta surge nos novos movimentos sociais que emergiram da enfrentamento contra a opressão que restringia qualquer tipo de manifestação política ou ideológica, especificamente na segunda metade dos anos de 1970.

A partir desses movimentos sociais, inicia-se a formação da cidadania no Brasil contemporâneo como fruto das manifestações sociais e políticas, promovida pelos que se sentiam oprimidos e pelos que, de alguma forma, sentiam-se prejudicados pela ditadura. Esses representantes da “liberdade de expressão” lutavam para que seus direitos não fossem apenas mediados pelo poder público, mas incorporados pelo Estado.

A educação é uma poderosa ferramenta no processo de consolidação dos Direitos Humanos. Há ainda muitos outros a serem conquistadas, pois é sabido que ainda há marginalizações a serem superadas, bem como direitos existentes a serem cumpridos. Por isso, a educação para os Direitos Humanos é particularmente importante, pois se acredita que esse tipo específico de atuação possa exercer um papel fundamental no projeto histórico de fortalecimento da cidadania e da consciência de dignidade do brasileiro.

Porém, ainda existe um longo e árduo caminho a ser percorrido, barreiras a serem quebradas, paradigmas a serem rompidos para que, de fato, possamos exercer em sua plenitude os Direitos Humanos para todos.

Como buscar uma escola justa em um mundo injusto, desigual, que busca a homogeneidade? A vida é plural, heterogênea, essa é a riqueza da vida humana.

Educar o educador para a qualificação da prática educativa na relação e interação entre os sujeitos, esse é o foco da formação continuada em Direitos Humanos do Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo. O trabalho é árduo, mas como educadores temos que nos mover na busca do respeito, da ética, da solidariedade e da superação de qualquer forma de intolerância. Por isso, sentimos a necessidade desse movimento de reflexão, estudos, vivências entre os educadores dos Colégios e das Unidades Sociais Maristas de São Paulo. Encontros, palestras, leituras, *performance*, depoimentos, seminários, *workshops*, trocas,

relatos, apresentações culturais, tudo em torno de temas, assuntos, eixos que envolvem os Direitos Humanos em educação.

Considerações Finais

Em 2016, com mais de três anos de trabalho coletivo participativo de formação conjunta de educadores e docentes maristas da cidade de São Paulo, pode-se afirmar que em todas as Unidades Maristas locais, Centros Sociais — Ir. Lourenço, Itaquera, Robru e Ir. Justino —, bem como nas Escolas de Educação Básica, Arquidiocesano e Nossa Senhora da Glória, há consenso entre as comunidades de educadores e docentes desses espaços de formação conjunta, vistos como possibilidades de crescimento, trocas e aprendizagens. A qualidade dos encontros tem deixado os professores e educadores motivados e interessados nos encontros. Vale destacar aqui, também, a forte importância do apoio e patrocínio da Educação — FTD, particularmente nos Seminários de Direitos Humanos e em alguns encontros de formação.

A experiência cotidiana em nossos espaços educacionais tem acenado para a percepção de maior segurança e conhecimento dos educadores, docentes e gestores na atuação de casos que necessitam de maiores cuidados e acompanhamentos. Também há indícios de mudanças na percepção dos estudantes, famílias e educadores acerca das intenções claras e objetivas quanto ao respeito às diferenças e ações para inibir e atuar com atitudes de intolerância. Todavia, sabemos que muito ainda temos que caminhar. Percebe-se também a necessidade da construção de indicadores para mapear e avaliar os resultados efetivos deste processo formativo no cotidiano das nossas práticas educacionais e institucionais.

Avaliamos que o impacto maior se deu na percepção dos participantes dos encontros e na atuação dos casos em que as Unidades e Escolas operam em defesa dos Direitos Humanos das infâncias, adolescências e juventudes. Outro ponto forte está na aproximação, possibilidade de aprendizagem — valorizando os diferentes conhecimentos e experiências dos profissionais de todas as unidades — vivência, troca e construção de conhecimentos dos educadores (formação continuada).

A experiência tem sido significativa e gratificante para toda equipe, tanto do ponto de vista do relacionamento entre os sujeitos, possibilitando a socialização das práticas e projetos, quanto da capacitação no âmbito das ações e políticas voltadas para os Direitos Humanos. Mas, ainda se faz necessário avançar em termos de maior democracia, abrindo mais espaços

para escutas e inclusão das diversidades e opiniões dos participantes das Unidades e Escolas organizadoras das ações do projeto.

Os profissionais, professores, educadores e gestores conseguem observar, detectar e atuar com maior habilidade, conhecimento e *empoderamento*, independente da classe social e do território de atuação, quanto às questões que envolvem a proteção de todos os sujeitos envolvidos nos espaços educativos, particularmente as crianças, adolescentes e jovens.

Contudo, seguem, dentre outras, algumas dificuldades a serem superadas.

- 1) Recurso financeiro para convidar especialistas e incrementar os encontros — embora cada unidade contemple uma verba em seu Plano Orçamentário anual para este projeto e, ainda, a FTD Educação apoie com recursos financeiros e materiais.
- 2) Conciliar agenda dos participantes, em virtude de outras demandas de trabalho.
- 3) Cultura ainda pouco valorizada quanto ao grande sentido e força do encontro das Redes, no que diz respeito à potência do Instituto — que tipo de formação/educação queremos? Qual o nosso grande diferencial? Para onde devemos caminhar?

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, M. V. Prefácio. In: SCHILLING, F. (Org.). **Direitos Humanos e Educação: outras palavras, outras práticas**. São Paulo: Cortez, 2005.

BOTO, C. A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos. In: SCHILLING, F. (Org.). **Direitos Humanos e Educação: outras palavras, outras práticas**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 87-145.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: lei federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico]. 9. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2010.

CRUZ, B. S. **Para docente da USP, ética é o melhor jeito de barrar o bullying**. UOL, São Paulo, 11 jan. 2016. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/01/11/para-docente-da-usp-etica-e-o-melhor-jeito-de-barrar-bullying.htm>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

PORTAL BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

PRO DIA Nascer Feliz. Direção: João Jardim. Produção: Flávio R. Tambellini. [s.l.]: Tambellini Filmes e Fogo Azul Filmes, 2007. 88 min.

SCHILLING, F. **Educação e Direitos Humanos**: percepções sobre a escola justa — resultados de uma pesquisa. São Paulo: Cortez, 2014.

TEIXEIRA, B. B. Escolas para os direitos humanos e democracia. In: SCHILLING, F. (Org.). **Direitos Humanos e Educação**: outras palavras, outras práticas. São Paulo: Cortez, 2005.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

UNIÃO MARISTA DO BRASIL. **Projeto Educativo do Brasil Marista**: nosso jeito de conceber a Educação Básica. Brasília: UMBRASIL, 2010.